



A RELAÇÃO DE JACINTO DE CARVALHO (1719), UM TEXTO INÉDITO DE ETNOGRAFIA AMAZÔNICA

*Antonio Porro**

Os primeiros quarenta anos do século XVIII, em contraste com as décadas precedentes e sucessivas, são curiosamente pobres em relatos de viagens com descrições ou observações sobre os povos indígenas da Amazônia. Isto não deixa de chamar a atenção, uma vez que desde o início daquele século haviam-se virtualmente encerrado as disputas territoriais entre missionários espanhóis e portugueses no Solimões e se iniciara a consolidação do empreendimento jesuítico no Maranhão e Grão-Pará, eventos esses que, ao contrário, poderiam ter propiciado e estimulado aquele gênero literário. O século XVII, a partir de seus anos trinta, já havia produzido com certa regularidade descrições e relatos que se tornariam fundamentais para o conhecimento, mesmo que fragmentário, de algumas das antigas populações ribeirinhas do Amazonas e do baixo curso de seus afluentes. Limitando-nos às obras daquele período já publicadas, basta lembrar, assinalando-se aqui a data da viagem ou da permanência do autor na região, os relatos de Alonso de Rojas (1637), Pedro Teixeira (1638), Cristóbal de Acuña (1639), Laureano de la Cruz (1647-1651), Maurício de Heriarte (1638-1662), João Felipe Bettendorff (1662-1698) e Samuel Fritz (1686-1702). Da mesma forma, a partir dos anos quarenta do século XVIII haveria uma vigorosa retomada das observações geográficas e etnográficas; inauguradas pela *Relação* de Charles-Marie de la Condamine (1743): elas culminariam ao final do século na obra do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). Entre uma e outra, os escritos de José Gonçalves da Fonseca (1749), João Daniel (1742-1757), Anselm Eckart (1753-1757), Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), João de São José Queirós (1761-1763), José Monteiro de Noronha (1760-1768), Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1774-1775), Henrique João Wilckens (1781) e João Vasco Manuel de Braum (1789).¹

Muito embora as primeiras décadas do século XVIII tenham presenciado grandes expedições de reconhecimento geográfico pelo interior da Amazônia, os

* Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pelo IEB – Instituto de Estudos Brasileiros, da mesma universidade.



seus relatos fazem referências mínimas aos grupos indígenas, suas línguas e costumes; as principais foram a viagem de Diogo Pinto da Gaya aos rios Tocantins e Araguaia (1720), a de Francisco de Mello Palheta pelo Madeira (1722-23), a de Belchor Mendes de Moraes ao Solimões (1728) e as expedições punitivas contra Ajuricaba no rio Negro (1725); os *Annaes históricos* de Berredo, além de não irem além de 1718, são particularmente tendenciosos e não revelam nenhuma curiosidade pelos *infieis*. Restringindo-nos ainda ao material publicado, somente dois documentos do período 1700-1740 têm importância para a etnografia e a etno-história amazônica: a carta do jesuíta Bartolomeu Rodrigues, missionário na aldeia dos Tupinambaranas, ao seu superior Jacinto de Carvalho (2 de maio de 1714), nomeando e dando a localização aproximada de 85 grupos indígenas que viviam ou haviam sido atraídos para a região Madeira-Tapajós, ao sul do Amazonas (MORAES 1858-63, IV: 361-372; LEITE 1938-50, III: 393-400; MENÉNDEZ 1981-82); e a *Relação* do franciscano Francisco de S. Manços, missionário na aldeia dos Nhamundás, ao rei de Portugal (6 de janeiro de 1728), sobre a sua viagem e trabalhos apostólicos na bacia do Trombetas, mencionando e localizando mais de cinquenta *nações* daquele rio e de uma dezena de seus formadores (NABUCO DE ARAÚJO 1903, I: 39-48; Porro 2008). Apesar do grande número de povos arrolados pelos dois cronistas (e aqui não vamos nos deter, mas tampouco ignorar, a questão de qual a ordem de unidades etnolinguísticas que, no seu discurso, correspondia ao classificador *nação*), eles pouco acrescentam, em termos socioculturais, ao mero etnônimo e à sua localização geográfica. Quanto à volumosa documentação inédita, Serafim Leite (op. cit., vols. III-IV) transcreveu inúmeros trechos de interesse etnográfico existentes na correspondência jesuítica. Um documento importante, ao que consta ainda inédito e do qual publicam-se a seguir as partes de interesse etnográfico, está no *Archivum Romanum Societatis Iesu* (Arsi) de Roma (Bras. 10, 1: 180-208v); há microfilme digitalizado no Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII) da Universidade de São Paulo. Serafim Leite, que dele publicou somente trechos da p. 204 (op. cit., III: 361; 389) o identifica como *Relação das Missões do Estado do Maranhão* (op.cit., VIII: 151), ou simplesmente *Relação da Missão do Maranhão* (idem, IV: 320), mas o documento, por ser uma carta, não tem título algum. Na verdade é a tradução italiana de uma carta do P. Jacinto de Carvalho ao P. Geral, escrita em Lisboa a 21 de março de 1719. A existência de uma tradução italiana deve-se, verossimilmente, à nacionalidade do destinatário, o Geral Michelangelo Tamburini. Não se tem



conhecimento de um original em português ou em latim e há evidências de que a tradução, coeva, não é da lavra do autor: quem a fez tinha familiaridade com os assuntos missionários, mas não com os termos mais corriqueiros da toponímia e da cultura amazônica. Há razões para crer que a carta original fosse em latim; era esta a regra para as ânuas e documentos congêneres, mas há outros indícios, entre eles o uso do termo *castelli* (castelos) para designar as casas fortes fundadas pelos portugueses ao longo do Amazonas que ainda não mereciam, como São Luis do Maranhão ou Belém do Pará, o nome de cidades; o termo, contudo, é usado também para referir-se às aldeias indígenas, inclusive quando pequenas (*castellucci*, ou castelinhos), o que pode sugerir que o tradutor, desconhecendo os padrões de assentamento indígenas e luso-brasileiros, tenha por um lapso tomado o *castra* latino (acampamentos militares ou arraiais) por *castrum* (fortaleza, castelo); por isso, nesta versão ao português, optou-se em ambos os casos por *arraiais*.

Jacinto de Carvalho nascera em Pereira, diocese de Coimbra, em 1677; entrou na Companhia de Jesus em 1691 e quatro anos mais tarde seguiu para o Maranhão e Grão Pará; fez profissão de fé em Belém em 1712. Depois de muitos anos de trabalho nas missões do rio Amazonas, com a saúde abalada, regressou a Portugal onde foi nomeado procurador das missões do Maranhão em Lisboa. Em 1722 voltou ao Maranhão acompanhando o novo governador João da Maia da Gama como confessor e no ano seguinte foi nomeado visitador geral. Anos mais tarde regressou a Lisboa reassumindo o cargo de procurador, que manteve até 1739. Faleceu em Coimbra em 1744 (LEITE op. cit., VIII: 149-150). Como procurador e visitador geral, Jacinto de Carvalho foi autor de representações às mais altas instâncias do governo e de pareceres normativos sobre assuntos jurídicos e eclesiásticos da Missão. Como cronista, além da carta de 1719, deixou os *Princípios do Maranhão* (Bibl. de Évora, cód. CXV/2-11, f. 346-363), ainda inéditos, que Cunha Rivara (1850, I, 34) chamou *Fragmento de uma chronica da Companhia de Jesus no Maranhão* por constituírem só os primeiros oito capítulos de uma suposta obra maior. Serafim Leite (op. cit. VIII: 151) menciona ainda dois textos em tradução francesa existentes em Paris, na biblioteca jesuítica de Ste. Geneviève (*Portugal 2*): uma *Conversion des Nheengaibas* e uma *Lettre sur les Missions du Maragnon*, ambas de 1719. Como missionário, Jacinto devia ser bom conhecedor dos índios; disso é testemunha Bartolomeu Rodrigues, que já em 1714, na carta acima referida, lhe dizia:

Aqui tive uma carta de V.Revm. em que me pedia algumas notícias do gentio que há por estas partes, e alguns casos de edificação. Quanto ao primeiro, como V.Revm. tem estado por estas missões das Amazonas, pouco poderei dizer que V.Revm. não saiba [...] O primeiro descimento que fiz para esta aldeia (*Tupinambaranas*), foi parte da nação dos Arerretús; o segundo foi parte dos Comandis e Ubucoáras, sendo que este mais propriamente se pode dizer que foi de V.Revm. do que meu, posto que vieram depois de V.Revm. ter saído da missão dos Andirazes (e) foi porque V.Revm. os tinha mandado buscar, cabendo-me a mim só o trabalho de os acomodar e doutrinar. (MORAES, op. cit.: 361-362; 365).

A originalidade da *Relação* de Jacinto de Carvalho e a sua importância para os estudos de história indígena da Amazônia reside no fato de ser o *único* documento da primeira metade do século XVIII a traçar um quadro relativamente compreensivo da índole, costumes e instituições indígenas, precedido de uma síntese da geografia, flora e fauna do País e dos principais estabelecimentos coloniais e religiosos. Tudo isto em menos da metade das 56 páginas do manuscrito, uma vez que as restantes são dedicadas a uma narração episódica da catequese jesuítica, pautada muito mais, como queria o cânone, pelo gênero edificante do que propriamente pelo analítico ou historiográfico. Se a geografia, a botânica e a zoologia de Jacinto, apressadas e superficiais, são irrelevantes face ao que João Daniel escreverá cinquenta anos depois, o mesmo não se pode dizer da sua etnografia. Ele descreve com certa profusão de detalhes os traços culturais mais exóticos, mas somente no caso das deformações corporais e tatuagens chega a especificar (e mesmo assim nem sempre de maneira compreensível) o respectivo grupo étnico; as demais características não são atribuídas a nenhum grupo em particular: a precariedade do equipamento material; a nudez; a desagradável estridência de alguns idiomas em oposição à elegante sonoridade do Tupi; o reduzido poder dos chefes, na prática limitado às ações de guerra; o rito de passagem dos jovens guerreiros; a antropofagia, a pajelança, a ausência de ídolos, os rituais funerários e a crença na sobrevida da alma como 'demônio' ou *Jurupari*. Em todos esses relatos o autor não esconde o desagrado e a impaciência pelo caráter desses bárbaros, que considera indolentes, obtusos e viciosos. Merece atenção, todavia, o fato de que isto não o impede de manter uma aparente objetividade e um certo cuidado na descrição das crenças e práticas mais estranhas. Nas últimas páginas Jacinto descreve as quatro missões



do Médio Amazonas: Xingu, Tapajós, Tupinambaranas e Canumã (esta no Baixo Madeira). De cada uma delas arrola as principais etnias, algumas de suas particularidades culturais e os fatos relevantes da sua redução.

Ao se reconhecer originalidade à pequena obra de Jacinto de Carvalho é preciso não esquecer que as *relações* e *histórias* jesuíticas (e não só jesuíticas) da época eram quase sempre a compilação de observações próprias e alheias, com predominância dessas últimas e sem a preocupação do crédito, sendo geralmente difícil estabelecer a autoria da notícia. Exemplos disto são o ritual de iniciação do jovem guerreiro (p. 185 do ms) ou o sacrifício de “servos” e “servas” enterrados vivos para acompanhar o chefe morto dos Iruris (p. 186v); Bettendorff (1910: 209-210; 466-467), por sua vez parafraseando João Ângelo Bonomi, já os descrevera com palavras semelhantes às que Jacinto utilizaria e com mais minúcias, mas Jacinto, de sua parte, lhes acrescenta outros detalhes inéditos.

* * *

O texto que agora se publica é a versão ao português dos trechos da carta de Jacinto de Carvalho que têm interesse para a etnografia e a etno-história amazônica. Dúvidas na leitura do original foram dirimidas graças à transcrição paleográfica inédita generosamente cedida, em Roma, pelo dr. Vittorio Consiglio, a quem manifesto o meu agradecimento. Para a grafia dos nomes geográficos e de palavras da cultura indígena mal traduzidas para o italiano adotei, em *itálicos*, a forma atual ou mais consensual, seguida entre colchetes e aspas, da grafia original: *Caiena* [“Cannâ”]; *cuías* [“zucche”]. Usei do mesmo critério para a grafia de nomes tribais quando a interpretação não deixava dúvidas: *Cambebas* [“Cambeli”]; havendo dúvidas, mantive a forma original, sugerindo, entre colchetes, a interpretação que me pareceu plausível: Mouranj [*Mayorunas* ?], ou simplesmente indicando o não entendimento: *Tambesguacj* [?]. Convém lembrar que no antigo italiano a letra final *j* tinha o valor e o som do *i* pluralizante (*Tupinambj* para Tupinambás) e que, como grafia “consensual” dos nomes tribais, usei de preferência a do *Mapa etno-histórico* de Nimuendaju (1981), embora mantendo o sufixo pluralizante do texto original. Acréscimos esclarecedores e leituras alternativas em casos duvidosos também ficaram, em *itálicos*, entre colchetes. Limitei as notas de rodapé ao essencial para entendimento do texto, uma vez que a sua análise etnográfica e etno-histórica será objeto de outro trabalho.





A R E L A Ç Ã O

[180v] É o Maranhão porção não pequena dos domínios do Rei de Portugal, fronteiro pela parte austral com o Brasil² e pela setentrional com uma terra habitada por franceses chamada *Caiena* [“Cannâ”]. É banhado a leste pelo mar oceano, e encerrado a oeste pelos altos cumes do Peru e do Chile; é lugar certamente ameno e delicioso, seja pela imensidão das planícies, seja pelas serras escassas e de fácil escalada; ...

[183] ...

Desde o ano do Senhor de 1600 esta parte do mundo é habitada por portugueses que lá erigiram duas cidades; a primeira, dita de S. Luís, situada na ilha do Maranhão, da qual depois todo o domínio português tomou tal nome. Tem de comprimento esta ilha sete boas léguas e cinco de largura, com dois graus de elevação para o polo austral; pelo oriente espelha-se no mar, pelo sul volta-se para o estreito dito de S. José, no qual por uma boca de tres léguas despeja-se o rio *Munim* [“Moni”], e ao norte olha para a enseada de Tapuitapera, em que desaguam os rios *Mearim* [“Miarí”] e *Pindaré* [“Pinare”]. Contam-se na dita cidade novecentos moradores e quatro casas de religiosos, das quais a mais antiga é o nosso Colégio, seguido pelas dos carmelitanos e capuchinhos e por fim pela dos frades de N. Senhora das Mercês da Redenção dos escravos. A outra cidade chama-se Belém; [*fica*] ao longo do grão [*rio*] Pará e dista da cidade de S. Luís cerca de 200 léguas. Descortina-se do seu sítio outro estreito, formado pelos rios *Guamá ou Capim* [“Goama = Capi”], *Moju* [“Moiù”] e *Acará*, que desaguam não muito longe da cidade; afasta-se ela do mar [*rio acima*] pelo espaço de 24 léguas e contam-se nela tantas casas de religiosos quantas [*há*] na cidade de S. Luís. Os portugueses habitam [*nesta terra*] cinco altos³ *arraiais* [“castelli”], além de muitos outros de menor porte, guardados e vigiados pelas suas guarnições. O restante do País permanece em poder de bárbaros, divididos em várias nações e províncias. São estes de estatura não maior que mediana, de cor acobreada, rosto grande e adusto, narinas semelhantes às de macacos, olhos de tigre, cabelos longos e cerdosos. E por mais disformes que a natureza os tenha feito, eles ainda acrescentam, com diferenças locais, deformidade à deformidade. Assim é que os povos chamados *Cambebas* [“Cambeli”] de tal maneira comprimem entre duas tábuas a cabeça de suas crianças



até achatá-la, e assim deformados os criam; e se isto é próprio somente deles, todos os povos convêm em ter as orelhas furadas e rala ["suelta"] a barba. Os Nhabipuci [?], não contentes em só perfurá-las [as orelhas], tomam um pau bem ponteagudo e o inserem aos poucos na abertura feita até que, dilatando-a [183v], chegam as orelhas quase a tocar os ombros. Os Tambesguacj [?], tão logo nascem as suas crianças, torcem-lhes o lábio inferior de tal forma a dobrá-lo monstruosamente sobre o peito, e os Moruanj [Mayorunas ?], assim como várias outras nações, fazem furos ao redor dos lábios onde espetam pedrinhas de diversas cores, dentes de animais ou mesmo penas azuis ou vermelhas, e isto especialmente quando se armam para o combate. Os Gouni [?], os Capupi [Sapupé ?] e outros, não contentes com a natural feiura, tisnam-se monstruosamente o rosto, e para assegurar-se de não perder tal cor, vão antes delineando, ou por melhor dizer esculpindo a figura em seus rostos até verterem sangue, para depois cobrirem-se de negro-de-fumo até parecerem outras tantas fúrias infernais. Os adereços e indumentária, tanto dos homens quanto das mulheres, são simplesmente o que a natureza lhes deu: a nudez, razão, portanto, de muitos vícios; as mulheres, todavia, em algumas regiões, em defesa da honestidade costumam cobrir-se com folhas de árvores. Quanto ao idioma, ele varia de acordo com os povos e as nações, que são pouco menos que inúmeras; existe um [idioma], porém, que é comum a todos: o que foi próprio dos Tupís ["Topij"] ou, como querem outros, Tupinambás ["Tupinãbi"], os quais por temor dos portugueses, abandonado o Brasil e divididos em vários partidos, apossaram-se das províncias do Maranhão e com o domínio lhes levaram a língua; isto é certamente de se atribuir a especial providência do céu, que assim ordenando permitiu que com maior facilidade pudesse-se propagar a fé por todas as partes e a todos ensinar os dogmas da religião. Entre tantas línguas há, porém, algumas tão bárbaras e desagradáveis de se ouvir como ninguém poderia acreditar; por outro lado, da originalidade do idioma dos Tupinambás ["Tupinãbi"] advém grande deleite e igual facilidade em apreendê-lo; não sem motivo, portanto, têm-se em grande estima os seus falantes, a ponto que quem não o entende é tido não só por inculto e rústico, mas também por vil e bárbaro. Ao argumentar usam com frequência de similitudes e são loquazes a ponto de serem importunos em repetirem sempre as mesmas coisas, só com variedade de palavras, no que são desmedidamente doviciosos. Não assim, porém, para escrever, no que não têm nenhuma perícia, por isso os seus anais conservam-se registrados na memória dos anciãos, os quais passam noites inteiras narrando aos interessados os feitos de seus maiores, de quem os ouviram. No que se





refere ao trato, em tudo rústicos e incultos os fêz [184] a natureza, nem há entre pais e filhos qualquer distinção, a não ser que quando alguns são respeitados pelos outros, igual obséquio reciprocamente tributam; pelo que, cada um vive conforme seu próprio capricho, mal obrando, ainda que em público e ao descoberto, sem que ninguém o intimide com sua presença, e tornando-se [*pelo exemplo*] cada vez mais insolentes, assim fazem todos. A sua pobreza é extrema, reduzindo-se seus pertences a nada mais que uma rede onde dormir, e ainda assim à exceção dos povos limítrofes com o Brasil, que dela carecem como também de casa, e que quando muito possuem um arco com poucos dardos, de que se valem para conseguir alimento, ora pescando, ora indo à caça, não sendo seus repastos de outra coisa senão de carne ou peixe, pobrementemente assados e sem qualquer tempero; quanto ao resto nada conhecem, seja farinha ou pão, para não se submeterem à fadiga de cultivar a terra, nem mesmo os mais próximos ao Brasil, e não obstante, os demais povos [*do Brasil* ?] se alimentem da já nomeada farinha de mandioca. Esta é feita com a raiz de certas plantas que, depois do corte e queimada das árvores, soem replantar; e já que falamos do corte de árvores, convém saber que para tanto não têm senão pedaços de certa pedra que eles afiam esfregando-os como em pedra de amolar, ou então fragmentos da cana dita taquara, com a ressalva de que estes servem de facas e os outros de machados. Nos povoados não há outros edifícios além das moradias, constituídas de quatro paus fincados no chão, sobre os quais apoiam o teto de galhos de árvores e folhas de palmeiras para proteção contra as intempéries; em cada uma destas, mais choças do que casas, habitam em geral todos os parentes, de modo que amiúde ocorre morarem dez ou quinze inteiras famílias. Apesar de tal sórdida pobreza, é incrível a cobiça de que são tomados por todas as coisas europeias; tão logo veem o modo de vestir dos portugueses, eles também passam a ostentar roupas justas e limpas e tem-se por mais nobre aquele que tem as roupas mais asseadas e que possui todas as ferramentas necessárias à lavoura, ou a casa feita [184v] com maior proficiência, posto que se esforçam para não diferir do modo de viver dos portugueses⁴; do que logo resultou que pequenos *arraiais* [“castellucci”] de cristãos cresceram numa terra de idólatras como uma cidade, e mais apreciáveis do que um *arraial* [“castello”].

Tais como os costumes são as leis, se é que reconhecem alguma para contenção de seu apetite. Outro príncipe não reconhecem a não ser uma espécie de rei chamado *Tubixaba* [“Tubuxaba”], dos quais há tantas quantas são as terras e arraiais, mas de autoridade e poder tão mesquinhos que raramente ousa algum deles repreender os



seus súditos, pelo receio de que, indignados pela reprimenda, eles o matem, costume especialmente habitual em tempo de paz. A inclinação desses povos à vingança, embora aliada a uma grande covardia e vileza de ânimo, é mesmo assim muito nociva, por terem eles descoberto mil artifícios para lesar com veneno, só para se vingarem sem perigo e com mais segurança. Os misteres dos *Tubixabas* ["Tubixabi"] são arrolar homens capazes para a guerra e ensiná-los a combater; ir à frente da soldadesca nos embates mais perigosos da guerra, e se por ventura ele não o fizer, qualquer sua ordem será ignorada. Costumam os filhos elevar a tal dignidade os próprios pais, e na falta destes os mais fortes ou os que têm maior número de parentes. A única ocupação [*entretenimento?*] dessas nações é a guerra, e são tidas como inimigas aquelas cujo idioma é diferente; a única forma com que dão princípio à guerra é depondo as vestimentas, para assim de peito nu engalfinhar-se e ir à luta, da qual geralmente se avantajam os portugueses e os cristãos. O butim da guerra são os corpos dos falecidos e os prisioneiros; com os primeiros fazem imediatamente saborosos repastos; os segundos, fechados num cárcere, são mais tarde retirados um a um, conduzidos em público e, com indizível crueldade, retalhados e devorados. Os que foram mais valorosos na guerra são recompensados pelo Tubixaba com a dignidade equestre [*i.e. a ordem dos cavaleiros, referindo-se à condição de guerreiros*], que lhes é conferida com o seguinte costume.

[185] Antes de tudo, aprontada na casa do novo cavaleiro grande quantidade de potes cheios de vinho, todos os aldeãos, aos bandos, acorrem a ela gritando com vozes tão selvagens e com o estrépito de buzinas tão roucas que a casa chega a parecer endemoniada; a seguir o Tubixaba pega o candidato e, seja com um sedente [?] ou um facão, o sangra da cabeça aos pés, e isto para mostrar à ordem dos cavaleiros que ninguém pode elevar-se [*àquela dignidade*] a não ser que tenha bastante ânimo para derramar com generosidade o próprio sangue; em seguida, cobrindo-o com penas de aves de várias cores, o deitam numa rede que é depois suspensa às vigas da casa para que todos vejam que o caminho das vitórias está à altura das dignidades. Suspenso dessa forma, o novo cavaleiro descansa três dias inteiros, tempo no qual não fazem outra coisa a não ser dançar à sua volta, e os mais antigos na ordem continuam, de tempos em tempos, a exortá-lo a que nos futuros embates se porte com a mesma coragem de que, na guerra finda, deu tão boas mostras; e tais exortações vão ao final culminando numa boa disciplina, posto que cada um, tomando de um bastão revestido de couro de onça, o espanca uma ou duas vezes, mas [*sempre*] com toda a força que tem



nos braços, e guarde-o o céu de, naquele momento, dar o menor suspiro, já que desta feita seria imediatamente tirado da rede e rebaixado da dignidade, e para sua vergonha e ignomínia seria considerado entre os mais abjetos do populacho. Ao fim do tríduo ele desce da rede e, acompanhado por numeroso bando, vai até a praça, onde de um alto poste pendem diversas figuras de pássaros que ele, correndo, atinge para demonstrar que a sua habilidade em flechar é tamanha que nem mesmo os pássaros lhe escapam; feito isso, um prisioneiro é trazido e amarrado a um poste e o novo cavaleiro, cheio de soberba e arrogância, armado de lança ou de espada, e esta é de madeira, transpassa-lhe de lado a lado o coração ou lhe esmaga o crânio; nesse ponto o povo abre alas, o aplaude e lhe louva o valor e o [185v] belo feito.

Para voltar agora onde estávamos, se por um lado são tão grandes, tão frequentes e tão recíprocos os ódios e as guerras dessas nações, não é por outro difícil a reconciliação graças aos missionários, arautos da paz que reduzem os rivais à primitiva amizade e concórdia com muito pouco, pois para tanto basta um tênue pedido de desculpas que, a instâncias deles [*missionários*], façam à parte contrária; é tudo fruto da grande veneração em que têm os missionários, graças a cujo amor não há reconciliação que não se faça ao seu gosto, obtendo em troca, desde que o peçam, que caso se tornem cristãos ficarão a salvo de quaisquer afrontas pelo patrocínio dos portugueses. Por esta razão é coisa maravilhosa de se ver a paz e a concórdia com que vivem entre si, em alguns povoados cristãos, homens de dez ou quinze distintas nações. Em nada diferente do governo é a religião; não há ídolo algum que adorem, nem deus que reconheçam, portanto, não será motivo de surpresa acreditarem eles que com o corpo morre também a alma⁵, nem o serão as tolas sentenças de cada nação a respeito disso. Os *Nbeengaibas* [“Neengaibi”] afirmam que, depois de separar-se dos corpos, tornam-se [*as almas*] outros tantos demônios, cuja raça mal-nascida eles chamam *Jurupari* [“Jerupari”] e cujo objetivo, em seu entender, é tomar feições diversas para aterrorizar os míseros mortais, nunca se afastando as almas, ao morrer, das casas em que viveram, a não ser que delas sejam enxotadas à força, e é na verdade ridículo o costume e a cerimônia com que fazem isto.

Todos os parentes do defunto carregam para a casa dele potes de vinho, e reduzidos os seus ossos a cinzas, misturam parte delas no vinho e parte em outro licor vermelho com que mulheres e homens besuntam o rosto; em seguida, arrancando os dentes da caveira do falecido, fazem com eles colares e enfeitam-se



a cabeça com um cocar de penas de aves de diferentes cores, decorando os já mencionados furos de seus lábios com grande número de pedrinhas trabalhadas de tal modo que, por mais que se agitem, dificilmente elas saem de seu lugar [186] e cingem as pernas com certos chocalhos. Em seguida, empunhando os homens o arco na mão esquerda e as flechas na direita, e segurando as mulheres flechas numa mão e uns jarrinhos na outra, suspendem na cumieira da casa duas redes, numa das quais colocam a carapaça de uma tartaruga e cinco *cuias* [“zucche”] significando cabeça, mãos e pés; na outra rede põe-se sentado um dos homens mais notáveis junto com uma mulher e alí, com um bordão, vão batendo a carapaça da tartaruga e fazendo uma algazarra tão desagradável que ninguém poderia imaginar; enquanto isso o restante dos homens e das mulheres gritam e cantam loucamente batendo os pés no chão e cinco mulheres distribuem a todos o vinho com o qual, embriagados, vão-se embora em meio a richas ou, no melhor dos casos, atordoados pelo sono desabam a dormir. Para seguir falando das crenças desses povos a respeito da alma, diferente é porém a dos *Abacaxís* [“Abecoar”]; acreditam eles que gozará de vida feliz e eternas alegrias aquele que na guerra fez maior chacina de seus inimigos e que maior quantidade de seus ossos juntou em sua casa; de todas as demais almas [*i.e., daqueles que assim não procederam*] dizem que se convertem em cervos tímidos e fugidios e por essa razão, como eles dizem, que o céu os guarde de comer tal carne, para que os seus míseros parentes não sejam exterminados do mundo. Os *Gapupi* [*Sapupé* ?], por fim, pensam que todas as almas se reúnem num determinado lugar onde vivem tranquilamente durante muitos anos e do qual finalmente saem quando, lembrando dos males que lhes foram feitos quando viviam, retomam corpo humano para retornar e se vingar; tal é a sua cegueira e tão grandes são os seus erros. Nem mais sabiamente discorrem eles sobre a criação do mundo; prova disto seja o afirmarem que não devem as criaturas reconhecer ninguém por criador, mas ser cada uma autora e criadora de sí mesma. O que eles sim afirmam haver no céu, é alguém, não sabem quem, de força e poder extraordinários, chamado Tupan, senhor das [186v] tempestades, em cujas mãos há trovões e relâmpagos que ele arremessa a seu bel-prazer. A respeito do dilúvio universal, de que alguma notícia, embora grosseira, ficou entre essas nações, é coisa engraçada ouvir a argumentação, que cada uma delas faz, para sustentar que seus progenitores ficaram livres do comum naufrágio;



outros dizem que se refugiaram no cume dos morros; outros na copa das árvores; muitíssimos em barcos chamados canoas, que se fazem com muitas madeiras. Grande é, por essas partes, o número de feiticeiros, mesmo de trato explícito com o demônio, com quem têm comércio, e é vergonhoso ver como alguns, que na verdade não o são, fingem ser bruxos somente para aterrorizar os outros e dessa forma conseguir veneração e estima, por ser crença comum que a vida e a morte de todos está nas mãos dos *pajés* [“paiej”], que assim chamam os feiticeiros, e portanto que ninguém morre a não ser por mão daqueles. Os que almejam ser adscritos a tão belo grêmio têm por costume, inicialmente, perambular durante três ou quatro meses como vagabundos em lugares solitários e íngremes, afastados de qualquer comércio humano e onde só se alimentam de folhas de árvores; em seguida dedicam-se a fazer ridículas observações exercitando-se tanto na pesca quanto na caça, prestando atenção a como cantam ou chilreiam os pássaros enquanto se mortificam em rigorosíssimo jejum. As cerimônias com que enterram os parentes são várias; os *Verutirj* [*Iruris* ?] ainda não cristianizados levavam o cadáver para uma ampla espelunca onde também guardavam carnes e peixes numa rede, arco, flechas e todas as outras coisas necessárias a viver confortavelmente, e se o cadáver era de alguém de maior nobreza ou da ordem dos cavaleiros [*i.e.*, *guerreiros*], dois servos e duas servas o acompanhavam, sendo com ele sepultados. Os *Capupi* [*Sapupé* ?], os *Comandís* [“Comandisj”], os *Andirás* [“Andirasij”] (têm estes em extremo horror alimentar-se de carne humana), costumam enterrar os seus mortos queimando antes aquilo que eles possuíam. Os *Anhangatiningas* [“Anhang’atiningn”], depois de queimar os cadáveres, bebem as suas cinzas misturadas ao vinho.

[187] Os demais gentios dizem não poder oferecer aos parentes sepultura mais digna do que seu próprio ventre. Creio que isto será suficiente para descrever a barbárie desses povos e para que cada um admire a diversidade de costumes e a mudança havida naqueles que Deus dignou-se chamar para a verdadeira fé, posto que não somente tornaram-se humanos e civis, mas tão piedosos e moderados que parecem igualar-se aos mais perfeitos da Europa.

.....

[195v] ... Grande reconhecimento devemos aos *Nheengaibas* [“Neenghaibi”] e aos *Mamayanás* [“Mamaianazi”], por meio dos quais também foi reduzida à Fé a nação dos *Bócas* [“Bocarj”], estabelecida junto a um estreito do mesmo nome formado pelas



águas que vêm da enseada de Ariocurú [?] e dos rios *Jacundá* ["Tocundá"], *Araticu* ["Ariticú"], *Mutuacá* ["Mutuacâ"], *Gnajará* ["Guarará"] e de muitos outros de largura assaz medíocre, mas com profundidade de umas quatro braças, que nele vão desaguar.

[196] Tem ele [*o estreito*] quatro léguas de largura e trinta de comprimento, estendendo-se até os estreitos ditos de Marajó e Marapare. Desta nação [*Bócas*] 900 são cristãos e a ela se junta a dos *Goyanazes* ["Gaanazi"], confinante com os Nheegaibas e estendendo-se pelo espaço de cinquenta léguas na grande ilha de Marajó, de modo que faz fronteira com os *Acuares* [*Aruans* ?], que habitam no mais alto da ilha, em direção ao mar; desta [*a nação dos Goyanazes*] somente 600 militam sob a Cruz, e isto graças aos Nheengaibas, por meio dos quais não terminam aqui as reduções. Muitos outros povos, que habitam a outra margem do rio das Amazonas, do lado Norte, até o rio de Vicente Pinzón [*rio Oiapoque*] onde termina o domínio português, movidos pelo exemplo daqueles já se renderam a Deus. Mas como entre os Nheengaibas e este rio há uma distância de mais de 250 léguas, é necessário àqueles pobres aldeões ["paesanj"], se querem vir às terras próximas ao cabo Norte, atravessar o rio das Amazonas com evidentíssimo perigo de morte, e é coisa maravilhosa ver quantos lugares foram [*por eles*] alcançados com grande risco para alojar-se junto aos Nheengaibas, em cujas terras poderiam mais facilmente ser instruídos e preparados ao santo batismo. Basta dizer que, só da nação dos Mourarj [*Moru, Maruon* ?], até sete mil transpuseram o rio das Amazonas já banhados na sagrada fonte e vivem distribuídos nos arraiais ["castelli"] Caycaybâ, *Mortiguara* ["Mortigurâ] e Morjbina, e da nação dos Taurj [*Toéré, Tauregue*] aos poucos saíram quinze mil, que depois fundaram o arraial de *Aricará* ["Arucarâ"]. A estes seguiram-se os *Tucujus* ["T]cuiusj"], que unidos aos *Toéré* constituíram um povoado muito grande a quem hoje preside com muito fruto o P. João Teixeira. A cada ano vê-se desembarcar bandos de famílias ansiosas, e o confessam de público, para residir onde, pela assistência dos padres, possam ser amparadas e adscritas ao rol dos filhos de Deus, embora não poucas delas, ao atravessarem o tempestuoso rio das Amazonas, acabem sendo suas vítimas mortais.

.....

[201] ... De todas as nações que vivem no rio Xingu, a mais feroz é a dos *Yurmas* ["Geruanj"]; fazem eles em geral os seus povoados nas margens dos rios, constantemente em guerra com os seus vizinhos e alimentando-se com avidez de carne humana. Há algum tempo confederaram-se com os portugueses e não poucos deles já



erigiram um arraial [“castello”] a três milhas de *Piraviri* [“Piraguiru”] imaginando-se cristãos. Mas incomodados pelas frequentes injúrias que os portugueses lhes faziam, mataram três deles e, destruído o arraial, voltaram aos seus [povoados], de onde amiúde saíam e percorrendo o rio com velozes canoas, quantos viajantes encontravam, tantos matavam para depois devorá-los ...

[202] ... Passados já dez meses desde a paz dos *Yurunas*, dois tubixabas acompanhados por vinte homens chegaram à residência xinguana, como diziam, somente para visitar os padres, de que na sua província diziam-se grandes coisas, e para pedir-lhes que ficassem com alguns deles para doutriná-los na Fé como haviam feito com outras nações. A província deles é tão distante da xinguana que, como eles dizem, são necessários quatro meses de viagem ininterrupta para alcançá-la. Das nações que lhe são vizinhas e de outras pelas quais haviam passado e que até então desconhecíamos, eles contavam muitas coisas. Diziam haver, na sua província, mais serras do que na xinguana e que o restante do país está livre de matas e barrancos; que naqueles lugares não há mandioca, pão comum no Brasil e no Maranhão, mas que se alimentam de milho; [202v] não vivem eles em rocinhas [“terricciuole”] ou pequenas aldeias, mas em arraiais bem grandes [“in ben amplj castelli”], de modo que daquilo que diziam do seu país era fácil concluir ser ele mais cultivado e mais civilizado que qualquer outro que até agora tivéssemos visto. Percebendo, porém, o padre missionário que não poderia satisfazer o pedido dos mensageiros, procurou fazer com que fossem enviados ao Pará a fim de expôr ao superior da Missão o seu desejo; mas como dois companheiros estavam adoentados, todos os demais distribuídos pelas residências e não havendo ninguém para enviar à nova província, eles voltaram com grande aflição à sua terra.

... Embaixadas como esta são enviadas frequentemente a todas as residências por diversas nações, mas sempre voltam com a resposta de que não há ninguém que possa ir socorrê-los.

[203v] ... Cento e cinquenta léguas além do Xingu corre junto ao das Amazonas o rio *Tapajós* [“Taipó”], igual ao Xingu tanto na grandeza como por não se-lhe conhecer o princípio e, em consequência, tampouco a extensão. Numa e noutra margem é ele rodeado de morros, cujas rochas parecem ter, em alguns deles, a cor do ouro, em outros a da prata com muita mistura de enxofre e em outros ainda são tão brancas e límpidas que em nada são inferiores ao cristal. Vivem esses gentios em



pequenos arraiais [“castelli”] ou terras [*i.e.*, *lavouras* ?] como todos os demais que estão ao longo do rio das Amazonas; os Tapajenses têm porém, mais amiúde e mais densas [*ou mais numerosas* ?] que os demais as suas moradias. A esta residência preside já há mais de 23 anos o P. Manuel Rebelo, que goza lá de perfeitíssima saúde; pertencem a esta [*missão*] não somente [204] a Tapajense, mas também outras nações, em particular a Arapiuense [*i.e.*, *dos Arapiuns*] e a Corariense [*dos Arariyu ou dos Ururucu* ?], todas as quais [*juntas*] já contam mais de trinta e cinco mil cristãos. Só na dos Tapajenses foram encontrados alguns ídolos, que outra coisa não são que cadáveres ressequidos, os quais há muito tempo eram guardados com grande veneração. Eram vários os nomes com que os chamavam; um era o deus do milho, outro da mandioca, outro da chuva, outro ainda do sol; enfim, quantos cadáveres secos eles tinham, tantas divindades veneravam, atribuindo a cada uma a sua própria virtude. Mas o P. Rebelo, pelas mãos dos próprios gentios, lançou ao fogo tal espécie de deuses; para espanto de todos, porém, depois daquele incêndio foram vistos pelo céu vários semblantes [“visaggi”, *i.e.*, *visões* ?] que causavam grande estrondo, como trovões. Muitos Tubixabas, deixando o país com seus súditos e famílias, retiraram-se para junto dos *Arapiuns* [“Arapiunj”], onde levantaram suas moradias para com eles ficarem à parte [*i.e.*, *afastados* ?] dos ensinamentos dos padres e da sagrada fonte [*da verdade*].

Cento e trinta léguas além do rio Tapajós situa-se a residência Tupinambareense, posta junto a um lago de cinco léguas de largura e vinte de comprimento. Mas a dita nação [*dos Tupinambaranas*] habita não somente junto deste [*lago*], mas de muitos outros rios, ao longo dos quais cada dia se descobrem outros povos de diferentes idiomas. Destes, os Coroici [*Curiatós*?], *Abacaxís* [“Abecoarj”] e *Comandís* [“Commandisj”], já se tornaram cristãos em quinze mil, a maioria dos quais, porém, está condenada a morrer sem sacramentos uma vez que um só sacerdote não pode satisfazer a todos e em lugares tão distantes entre si. Nos confins dos *Tupinambás* [“Tupinambj”]⁶ já floreciam as Residências dos *Andirás* [“Andirarû”] e dos *Manés* [“Magoense”], mas tendo o P. Jacinto de Carvalho⁷ sido chamado de volta em razão de repetidas doenças durante cinco sucessivos [204v] anos, eles estão completamente desprovidos de pastor. De todas as dilatadíssimas províncias a que esses rios levam, a mais poderosa é certamente a que é habitada pelos *Abacaxís* [“Abecoarj”], uma vez que se estende pelo comprimento de cento e quarenta léguas e pela largura de cinquenta. Não há nela qualquer espécie de peixe e raríssimos rios, e os poucos que há são muito pequenos, embora a cada passo se encontrem nascentes. Limitados são os bosques e suas árvores são geralmente de





caule fino, a guisa de pinheiros, porém mais baixos; não se vê nenhum pássaro, aliás tampouco feras que possam ser caçadas; só e unicamente de mandioca é fecundíssimo o solo, embora muito apto a produzir outros cereais desde que haja quem o cultive. O alimento comum a esses povos é a carne humana, razão pela qual o seu entretenimento é ir à caça ou à pesca [sic] dos povos vizinhos; para esse fim, juntando um exército de trinta mil homens, vão assediar as terras alheias e embora no combate às vezes sejam vencidos, no mais das vezes saem-se vencedores; assam a carne dos inimigos mortos, devoram-na e depois penduram-lhe os ossos nas muralhas [i.e. nas paliçadas] e as caveiras as colocam ao redor, sobre umas tábuas suspensas no alto; estes são os enfeites que ostentam em suas casas, razão pela qual não havia quem não se horrorizasse só ao pensar em ir para tal província; mesmo assim lá adentrou o missionário, e quis o Senhor que se soubesse ser possível não somente domar aquelas gentes, mas também colher bons frutos; por isto, com suas pregações e ensinamentos, fez com que em cinco povoados cada um desse sepultura aos ossos que tinha pendurados em casa ou amontoados fora dela, e fossem libertados aqueles pobres prisioneiros [205] mantidos em cárcere para serem devorados à mesa. Num daqueles arraiais vivia uma mulher chamada Cunhã Moàcara, ou seja, no idioma do país, “Mulher de grande nobreza”. Era ela sumamente respeitada e venerada por todos, tanto que ninguém jamais lhe fazia qualquer ofensa por menor que fosse; [era] bem adestrada nas bruxarias do demônio, a quem chamava o seu deus [e] fazia aparecer no ar figuras tão assustadoras que a todos horrorizavam. A ela todos acorriam como a um oráculo e os Tubixabas de todos os povoados lhe obedeciam como se fosse sua rainha e ao retornar da guerra lhe tributavam os prisioneiros mais gordos. Ao lado da sua casa havia uma espécie de templo coberto com folhas de palmeira em que havia uma figura monstruosa, semelhante ao macaco no rosto [e] à cabra nos pés, sendo em todo o resto humano e era este o lugar onde ela se recolhia para falar com o demônio sempre que lhe dava vontade, e com tão bom êxito que depois de tê-lo adorado e de ter beijado três vezes o solo em sinal de reverência, era de súbito por ele atendida no que quisesse. Teve ela notícia, por acaso, da chegada do padre, e não só não quis vê-lo como lhe fez entender que fosse embora logo, a não ser que tivesse vindo ali para morrer. Mas o padre missionário, tendo-lhe mandado alguns presentinhos com a promessa de outros bem maiores, de tal modo amansou aquele ânimo feroz que conseguiu batizar um filho seu de cinco anos acometido de grave doença, da qual em breve morreu; tanto bem adveio disto, que a bem-aventurada criança soube obter [a



graça ?] do Senhor para a sua mãe, tanto que depois de longa disputa com o padre, ela ao fim se dobrou e dispôs, pedindo as águas do batismo, que fosse entregue às chamas aquela imagem sacrílega, penhor do trato havido com o demônio⁸.

[205v] Com isto, de tal forma se moveram os ânimos de toda aquela nação, que o fato de ela não ser agora toda cristã deve ser atribuído somente à falta de sacerdote, de que ficou privada por ter o padre sido mandado à Província dos *Andirás* [“Andirarû”] e obrigado a partir com grande dor sabendo deixar aquelas almas infelizes sob a tirania de Lúcifer. Dentro de tanta aflição foi-lhe, porém, de conforto saber que tinha batizado grande número de crianças e de adultos já prestes a morrer e que muitas famílias que haviam saído de lá tinham ido para a Província dos *Andirás*, onde já haviam sido batizadas.

A última residência fica sobre o rio Canumã, a oitocentos léguas da boca do rio das Amazonas; os primeiros que ali abraçaram a fé romana foram os *Iruiris* [“Viurizi”], depois os *Unicorés* [“Anacorj”], os *Araras* [“Araxi”] e outras nações, todas as quais, no engenho e nos costumes, civilidade e arte, superam as que ficam ao longo de todo o rio das Amazonas. Elas detestam [? : “Elleno detestano”] o uso de carnes humanas, são sóbrias no vinho e industriosas em trabalhar com maestria e gentileza diversas coisas, que entre sí permutam: tecem panos de algodão e de linho, especialíssimas [? : “pecilissime”] em fabricar as canoas que são os seus barcos, inclinados por natureza a todas as artes mecânicas de tal forma que em suas terras desempenham todos os misteres, como os portugueses na cidade do Pará; nem é menor neles o culto de Deus: não há mês em que eles não se aproximem do tribunal da penitência; vivem entre sí com paz e concórdia indizíveis e com grande veneração pelos padres, nisto superando todas as outras nações. Uma única coisa perturbava a tranquilidade desses povos, e eram os Iaoensi [*Yanei, Jaquezés* ?], gente cruel e brava habitante das selvas sobre o rio *da Madeira* [“Materiense”], oposto ao das Amazonas. Semelhantes a estes são os *Abacaxís* [“Abecoarj”] no uso das carnes humanas, mas diferentes na maneiras de guerrear: nunca saem a campo em justa batalha, mas ocultando-se dispersos pelos confins das províncias vizinhas, pelo [206] espaço de duzentas léguas põem-se a caminho e, escondidos atrás das árvores, matam os viajantes com o único objetivo de comer suas carnes. Sendo grande a mortandade de cristãos vitimados dessa forma, foi várias vezes tentada a paz com os Iaoensi [*Yanei, Jaquezés* ?], mas vendo o missionário que tudo era em vão, seja pela crueldade daqueles povos, seja por não terem aliança com outras nações, e principalmente porque todos desconheciam o seu idioma, dirigiu-se ele ao Senhor pedindo-lhe que salvasse o





seu rebanho daqueles lobos vorazes; e quis Deus mostrar o seu poder, capaz de transformar as pedras em filhos de Abraão e as feras em homens mansos; por isto, tendo o padre uma noite saído da igreja após ter cantado com os [índios] cristãos a terça parte do rosário de Nossa Senhora... [?: “di nostra donna giusta il costume”], eis que viu chegar do porto alguns Iarjanj [Arara?] em companhia de um Iaoense... [segue-se um episódio de conversão do Iaoense, tão edificante quanto inverossímil].

.....

[207] ...

Desta residência [do rio Canumã] navegaram os portugueses pelo rio das Amazonas, contra a correnteza, pelo espaço de cerca de mil léguas sem descobrir-lhe a origem. Do que decorre [i.e., se presume] que de ambas os lados do mediterrâneo [i.e., deste rio que corre no meio da terra firme] haja províncias semelhantes em grandeza às já descritas e [atê] muito maiores; isto porque todas as nações do reino do Peru que fugiram dos castelhanos, e do Brasil os portugueses, refugiaram-se pelas praias do rio das Amazonas. Deixo de escrever sobre as outras residências, próximas à cidade do Pará e ao Maranhão, seja porque o mal que [nelas] é feito às almas pelos portugueses é bem maior que o fruto que nelas se colhe, seja porque são mais aptas a acolher convalescentes do que missionários de espírito fervoroso; também decidi calar-me sobre outras nações confinantes com o Brasil, porque como não têm terras [lavouras ?] nem arraiais [“castelli”], [e] vivem por todas as partes e não estão em lugar algum, todo esforço despendido para trazê-las à Fé sempre foi em vão.

Eis, M.R.P, o estado da Missão do Maranhão; eis o seu fruto: grande, ao se reconhecer a escassez dos operários; pequeno, ao se [207v] ver o número quase infinito dos gentios, que certamente superam em duzentas ou mais vezes o número dos cristãos. Pelo espaço de mil léguas não há lugar algum em que se veja o estandarte da Cruz e em novecentas , ao longo do rio das Amazonas, não há outras residências além das já descritas, e essas distantes entre si mais de cem léguas ...

Lisboa 21 de março de 1719

Da. Ra. Va.

Mínimo filho em Cristo

Jacinto de Carvalho



Notas

1 Veja-se a bibliografia desses relatos de viagem e crônicas missionárias em Porro 1996.

2 Por meio de carta régia de 13 de junho de 1621 o Maranhão, então compreendendo as capitanias do Maranhão, Pará e Ceará, havia sido elevado à condição de Estado, independente do resto do Brasil e reportando-se sem mediações jurídicas ou econômicas à metrópole. Em 1654 passara a chamar-se Estado do Maranhão e Grão Pará dele se separando, logo a seguir, o Ceará e a ele se agregando, em 1701, o Piauí.

3 O adjetivo *altos* parece aqui significar *grandes*.

4 O autor parece não se dar conta que esta vaidade e ambição aculturativa contradizem o etnocêntrico juízo sumário (*rústicos, incultos, insolentes*) feito linhas acima.

5 Aqui pode ter havido erro do tradutor, pois a frase (“stimino in un col corpo perire ancor l’anima”) é desmentida pelos próprios exemplos que se seguem neste parágrafo e no seguinte.

6 Repare-se o lapso de confundir os Tupinambaranas do Médio Amazonas com os Tupinambás, seus antepassados litorâneos anteriormente mencionados.

7 Aqui o autor fala em terceira pessoa, ou pode o tradutor tê-lo parafraseado.

8 É no mínimo curiosa a semelhança deste episódio da pajé Cunhã Moacara dos *Abacaxis* com o de Maria Moacara, “princesa, desde seus antepassados, de todos os Tapajós” e seu principal oráculo, graças a cuja intervenção, por volta de 1677, o P. Antônio Pereira havia conseguido acabar pelo fogo com o culto ao “corpo mirrado de um de seus antepassados, que chamavam Monhangarypy” (BETTENDORFF 1910: 172; 354).

Referências

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes históricos do Estado do Maranhão*. 3. ed. Florença, Barbera, 1905. 2 v.

BETTENDORFF, João Felipe. Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, Rio de Janeiro, 1910, 72 (1), 1 v, 697 p.



LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa e Rio de Janeiro: Portugalia/INL, 1938-1950. 10 vs.

MORAIS, Alexandre J. de Mello. *Chorographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária e política do império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typogr. Americana, 1858-1863, 4 v. em 5.

NABUCO DE ARAÚJO, Joaquim. Limites entre le Brésil et la Guyane Anglaise. Annexes du Premier Mémoire du Brésil, v. 1, *Première Série*, 1903.

NIMUENDAJU, Curt. *Mapa etno-histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

PORRO, Antônio. *O povo das águas*. Petrópolis e São Paulo: Vozes/Edusp, 1996.

– Notas sobre o antigo povoamento indígena do Alto Trombetas e Mapuera. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 3, n. 3, Belém, Set-Dez 2008.

RIVARA, J. H. da Cunha. *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*. Lisboa, 1850.

